

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 05/2013

Período: 02/03/2013 – 08/03/2013

GEDES – Brasil

- 1- Regime Militar I: Governo Federal tentou centralizar informações dos governos estaduais
- 2- Regime Militar II: Jornal critica que cargos públicos sejam ocupados por antigos repressores
- 3- Regime Militar III: Maioria dos documentos do período segue inacessível ao público
- 4- Regime Militar IV: Ex ministro da Justiça desempenhou papel relevante contra a “infiltração comunista” no país
- 5- Regime Militar V: Documentos revelam que Brasil se aproximou do Irã para vender armamentos
- 6- Regime Militar VI: Documentos revelam auxílio financeiro ao regime chileno de Pinochet
- 7- Regime Militar VII: Comissão Nacional da Verdade tem dificuldade em encontrar documentos produzidos durante o período
- 8- Regime Militar VIII: Governo pode ter auxiliado financeiramente construtora para finalizar aeroporto no Rio de Janeiro
- 9- Professor critica a prática da Lei de Acesso à Informação
- 10- Governo francês tenta vender fragata Aquitaine ao Brasil
- 11- Marinha auxilia ocupação de complexo de favelas no Rio
- 12- FAB conduz a cerimônia da troca da bandeira em Brasília
- 13- Militares são acusados de vender armas e munições a quadrilhas
- 14- OAB cria Comissão da Verdade no Rio de Janeiro e sofre atentado

1- Regime Militar I: Governo Federal tentou centralizar informações dos governos estaduais

Conforme notícia publicada no *Correio Braziliense*, documentos referentes ao regime militar brasileiro (1964-1985) apontaram que o governo militar, além de exercer a censura na imprensa e nos órgãos federais, também exigiu controle da comunicação na esfera estadual. Conforme minuta secreta endereçada ao ministro da Justiça, Armando Falcão, redigida em 1974 pelo então chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, a pedido do presidente Ernesto Geisel, o objetivo do governo era centralizar as informações dos governos estaduais, impedindo a divulgação das prisões de estudantes de esquerda e das panfletagens e as apreensões de materiais considerados subversivos. De acordo com o documento, as notas oficiais referentes aos temas de segurança pública poderiam ser divulgadas apenas pelo Departamento da Polícia Federal (DPF), com a anuência do Ministério da Justiça. Este, redigira o documento final e o expedira aos estados de forma secreta. O texto de 1974 se remetia ao artigo 9º do Ato Institucional n.5 (de 13/12/68), que instituiu a censura, e declarava a “indispensável uniformização de ação”, com a aplicação sob a responsabilidade do ministro da Justiça que, assim, expediria as instruções ao

DPF. De acordo com o jornal, o texto expedido foi considerado confuso por alguns estados, como o de São Paulo, que alertaram na época sobre suas dúvidas quanto ao procedimento da operação e sobre o propósito do governo de centralizar em um só órgão a liberação e apreciação das informações. (Correio Braziliense – Política – 03/03/13)

2- Regime Militar II: Jornal critica que cargos públicos sejam ocupados por antigos repressores

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, diversos atores participaram da morte do jornalista Vladimir Herzog no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do II Exército, em 1975. Dentre os participantes, como Sérgio Paranhos Fleury, Harry Shibata, Ednardo D'Avila Mello, Fausto Rocha e Cláudio Marques, houve outros com papel secundário, como José Maria Marin, que atualmente ocupa o cargo de presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). O nome de Marin ganhou destaque recentemente, depois de uma reportagem do jornalista britânico Andrew Jennings, na qual expôs a atuação de Marin no regime militar brasileiro (1964-1985). Concomitantemente, o filho de Herzog, Ivo Herzog, iniciou uma campanha contra a presença de Marin na presidência da CBF. Durante o regime militar, Marin fora deputado estadual pelo partido Arena e, juntamente com outros políticos fazia discursos que incitavam e justificavam a caçada e prisão de jornalistas acusados de promover uma infiltração comunista na imprensa paulista. Assim, em setembro de 1975, o diretor de jornalismo da TV Cultura, Herzog, fora acusado de ser líder da dominação comunista, tornando-se alvo do governo militar. Como defendeu o jornalista Juca Kfourir, que recentemente compartilhou trechos das antigas declarações de Marin ao Diário Oficial, as falas seriam indícios de sua colaboração junto ao alto escalão do serviço militar. Após investigações sobre o caso Herzog, quinze dias antes da sua prisão, o deputado Wadih Helu publicamente acusara a TV Cultura de estar dominada por subversivos, abrindo espaço para as afirmativas do então companheiro de partido, Marin. Outros jornalistas, como Cláudio Marques e Fausto Rocha, também teriam incitado os militares contra os demais profissionais do ramo, principalmente aqueles que eram considerados comunistas. Com a ofensiva dos militares contra os jornalistas, consolidou-se forte disputa entre o sindicato desses profissionais e os militares do regime. O *Estado*, portanto, considerou como inadmissível que pessoas, como José Maria Marin, com um passado ligado à repressão da democracia, podem, atualmente, ocupar um cargo de autoridade, representando o Brasil da Copa do Mundo. Para o antigo presidente do sindicato de jornalistas, Audálio Dantas, o fato seria consequência da leniência do Brasil em relação aos que contribuíram direta ou indiretamente com o regime militar, confirmado com a presença dessas pessoas no atual cenário político, ocupando cargos públicos. Assim, o jornal defendeu a resistência contra a aceitação passiva dos acontecimentos, através do trabalho da Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas Brasileiros, juntamente com a Comissão Nacional da Verdade. (O Estado de S. Paulo – Aliás – 03/03/13)

3- Regime Militar III: Maioria dos documentos do período segue inacessível ao público

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o governo federal tem restringido o acesso a inúmeros documentos produzidos por ministros de Estado durante o regime militar (1964-1985). Dentre eles estão avisos, memorandos, ofícios, exposições de motivos e telegramas produzidos por altas autoridades do regime, como os ministros das três Forças Armadas, da Fazenda e da Justiça. Estes documentos deveriam estar sob tutela do Arquivo Nacional ou da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entretanto, estão distribuídos entre, pelo menos, nove órgãos federais, em Brasília. A razão para a falta de acesso, segundo o jornal, ocorre porque alguns ministérios oferecem apenas alguns dias por mês para pesquisa, ou por não terem locais adequados para leitura, enquanto outros restringem os pedidos a determinados períodos, inviabilizando uma pesquisa mais ampla nos arquivos. Algumas recusas de liberação de documentos se deram por motivos de segurança, como alegou o Comando do Exército, que impediu a visita do jornal aos seus arquivos, argumentando se tratar de uma “área de segurança”. Já a Casa Civil da Presidência da República alegou falta de pessoal e tempo para realizar a análise de documentos e verificar se havia “informações pessoais” impedidas de serem divulgadas. A *Folha* apurou que a maioria destes documentos não está catalogada, seus conteúdos não foram descritos e estão, assim, inacessíveis ao público. Por isso, o jornal recorreu à Controladoria Geral da União (CGU) para que esta analisasse a situação. Durante o processo, o jornal descobriu uma coleção de papéis sobre os índios uaimiris-atroaris, do Amazonas, que teriam sido mortos pelo Exército durante a década de 70. Com o objetivo de esclarecer o fato, o jornal buscou junto aos ministérios mais documentos sobre o tema e encontrou alguns no subsolo do Ministério da Justiça. Um editorial publicado pelo jornal no dia 05/03/13 voltou a apontar o caso. No entanto, a *Folha* publicou, no dia 04/03/13, que a Casa Civil e o Ministério da Justiça informaram, no dia 03/03/13, a decisão de enviar os documentos produzidos durante o regime militar que estão em seu poder ao Arquivo Nacional. A assessoria da Casa Civil declarou que o órgão "determinou que os documentos citados sejam preparados e organizados para envio ao Arquivo Nacional, onde ficarão disponíveis para consulta pública". No dia 05/03/13, o jornal reafirmou que o governo federal deverá reunir e enviar ao Arquivo Nacional os papéis. A ação será coordenada pelo Ministério da Justiça, ao qual está subordinado o Arquivo, que determinará aos outros ministérios o envio de seus acervos para catalogação e abertura à consulta. Entretanto, a mudança de posição por parte da Casa Civil, com relação abertura dos documentos que estão sob sua posse, não foi justificada. A Comissão Nacional da Verdade não se pronunciou sobre o assunto. (Folha de S. Paulo – Poder – 03/03/13; Folha de S. Paulo – Poder – 04/03/13; Folha de S. Paulo – Poder – 05/03/13; Folha de S. Paulo – Opinião – 05/03/13)

4- Regime Militar IV: Ex ministro da Justiça desempenhou papel relevante contra a “infiltração comunista” no país

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, durante o regime militar (1964-1985), o Ministério da Justiça teria se empenhado em uma “guerra psicológica” contra o que considerou uma “infiltração comunista” na imprensa. Em um

documento datado de janeiro de 1970, escrito pelo ministro Alfredo Buzaid para o então presidente da República, general Emílio Garrastazu Medici, Buzaid afirmou que estaria preparando jornalistas que se identificassem com o regime para que estes escrevessem artigos de doutrina, notas e outras publicações a serem distribuídas aos meios de comunicação. Além disso, segundo Buzaid, outros intelectuais se ocupariam de elaborar peças teatrais de fundo moral e patriótico, competindo diretamente com aquilo que se opunha a opinião do regime. A remuneração destes profissionais seria efetuada por organizações particulares, contudo, o documento encontrado não trouxe mais detalhes sobre estas organizações e nem sobre os profissionais que teriam sido contratados. Outros documentos encontrados no Ministério da Justiça revelaram que o governo, através do ministro, cassou os direitos políticos de inúmeros brasileiros que se recusaram a servir as Forças Armadas por motivo de convicção religiosa. Para isso, o governo se baseava em uma emenda constitucional, criada pela junta militar logo após assumir o poder, em 1969. Também foi encontrada uma carta endereçada ao então bispo-auxiliar de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, na qual o ministro se queixava de uma mensagem de Arns a respeito da morte de José Carlos Fidalgo, morto a tiros em janeiro de 1970, após procurar proteção policial na Corregedoria do Tribunal de Justiça de São Paulo, pois estava jurado de morte. Em outra carta, Buzaid ainda cobrou do arcebispo da cidade de Diamantina, estado de Minas Gerais, Geraldo Sigaud, maior vigilância dos membros do episcopado a padres e leigos. (Folha de S. Paulo – Poder – 03/03/13)

5– Regime Militar V: Documentos revelam que Brasil se aproximou do Irã para vender armamentos

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, documentos oficiais do Comando da Marinha revelaram que o governo brasileiro, durante o regime militar (1964-1985), se aproximou da República Islâmica do Irã à época da Guerra Irã-Iraque, iniciada em 1980. Segundo os documentos, esta aproximação teria se pautado no fornecimento de armamentos por parte do Brasil, em troca de petróleo iraniano. O governo brasileiro recebeu emissários do primeiro escalão do governo do Irã para uma visita a 40 fábricas, sendo quase todas de material bélico. Em contrapartida, o governo iraniano venderia ao Brasil petróleo sem a garantia bancária atualmente exigida, além de seus valores depositados em outros países serem transferidos para uma conta do Banco do Brasil no exterior. Em um documento assinado por cinco ministros de Estado, ressalta-se ao então presidente da República, João Figueiredo, que essa negociação seria uma oportunidade para o Brasil, uma vez que “nenhuma outra nação amiga” estaria disposta a oferecer tais benefícios ao Irã. Porém, outros documentos secretos revelaram que a troca de armamentos por petróleo entre os dois países não foi concretizada, porque o Brasil já vendia equipamentos militares ao Iraque, inimigo do Irã na guerra que havia eclodido. Apesar de ter se declarado neutro no conflito, o Brasil vendia material bélico ao Iraque sob a justificativa de que estava cumprindo contratos anteriores à guerra. Segundo a *Folha*, os documentos agora revelados indicam, no entanto, que o Brasil relevou as vendas indiretas, nas quais, conforme registrado em uma carta então considerada “secreta e urgentíssima”, assinada pelo ministro das Relações Exteriores da época, Ramiro Saraiva Guerreiro, o país vendia

armamentos a empresas no exterior que agiam como intermediárias, repassando-os ao Irã. Na carta, afirma-se que "não chegou a ser excluída inteiramente, contudo, a possibilidade de algum tipo de entendimento comercial com o Irã no caso de material militar pouco sensível" e que, então, os negócios "se efetivariam através de terceiros, conforme sugeriram os próprios iranianos". Até o momento, a Embaixada do Irã, na cidade de Brasília, não se manifestou a respeito dos documentos. (Folha de S. Paulo – Poder – 04/03/13)

6- Regime Militar VI: Documentos revelam auxílio financeiro ao regime chileno de Pinochet

Conforme noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, documentos do ex-ministro das Relações Exteriores durante o regime militar (1964-1985), datado em 20/10/76, indicam que o governo brasileiro teria ajudado o regime chileno, do general Augusto Pinochet, emprestando US\$ 115 milhões. A quantia, que, em valores atualizados, corresponderia a cerca de R\$ 1,3 bilhão, foi paga em três parcelas e destinada ao reequipamento do exército chileno, e seria devolvida em parcelas semestrais, a juros baixos e em até dez anos. A transação teve início em 04/11/74, quando o então presidente da República, Ernesto Geisel, concedeu os primeiros US\$ 40 milhões "em condições excepcionais para os padrões brasileiros de financiamento oficial". Em 30/10/75, houve uma ampliação de crédito em mais US\$ 25 milhões, nas mesmas condições anteriores. E, por fim, outro documento apontou que o embaixador do Chile, a fim de "garantir a segurança interna", pediu mais uma ampliação no crédito, desta vez em US\$ 50 milhões. Além disso, os arquivos informaram que, no ano de 1978, o Brasil teria vendido ao Chile 910 equipamentos de rádio no valor de US\$ 3,3 milhões. (Folha de S. Paulo – Poder – 05/03/13)

7- Regime Militar VII: Comissão Nacional da Verdade tem dificuldade em encontrar documentos produzidos durante o período

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, um levantamento realizado pelo Arquivo Nacional mostrou que apenas 53 das 260 organizações de coleta de informação sobre o regime militar (1964-1985) têm algum documento ali depositado. Segundo a *Folha*, o governo tenta localizar os documentos desaparecidos há mais de seis anos, mas os Ministérios onde esses órgãos funcionavam alegam que não conseguem encontrá-los. O Ministério da Defesa afirmou que "muitos documentos podem ter sido destruídos de maneira suspeita", por incineração, mas que esta prática estaria de acordo com a "legislação vigente à época" e que os termos de destruição foram enviados ao Arquivo Nacional. Os documentos poderiam auxiliar a Comissão Nacional da Verdade a compreender em detalhes como funcionou o aparato repressor do regime militar, já que, atualmente a maior parte das informações disponíveis são provenientes de relatos de pessoas perseguidas pelo regime. A ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, disse que "existem regras e determinação da presidenta da República para total abertura [dos arquivos]. E quem estiver se colocando contra isso está agindo fora das regras e fora da lei." (Folha de S. Paulo – Poder – 06/03/13)

8- Regime Militar VIII: Governo pode ter auxiliado financeiramente construtora para finalizar aeroporto no Rio de Janeiro

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, documentos arquivados no Comando da Aeronáutica, acessados em função da Lei de Acesso à Informação, permitiram a constatação de que, durante o período do regime militar (1964-1985), o então Ministro da Aeronáutica, Joelmir Campos de Araripe Macedo, solicitou apoio financeiro à construtora Odebrecht. A empresa havia divulgado que, “devido a um aumento inesperado nos materiais”, a construção do aeroporto internacional do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, excederia o orçamento inicial em R\$ 146 milhões. Macedo teria, então, acionado o ministro do Planejamento e Coordenação Geral, João Paulo dos Reis Velloso, requisitando que “resolvesse o caso”, com a determinação de medidas de exceção em favor da construtora. Segundo a *Folha*, os documentos não esclareceram a conclusão do caso. O jornal também informou que outros documentos arquivados no Comando da Aeronáutica, ressaltaram que, no ano de 1974, a Força Aérea registrou um “baixo rendimento em, praticamente, todos os setores de atividades”. (Folha de S. Paulo – Poder – 07/03/13)

9- Professor critica a prática da Lei de Acesso à Informação

De acordo com publicação de texto do professor de História do Brasil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carlos Fico, à *Folha de S. Paulo*, foi somente com a criação da Lei de Acesso à Informação, em 2011, que se resolveu, em tese, o dilema entre a necessidade de acesso aos arquivos do regime militar (1964-1985) e às cautelas diretamente ligadas ao sigilo de determinados documentos. Para Fico, a nova lei, que garante pleno acesso aos documentos do período, seria indicativo de que não se pode alegar sigilo e privacidade em documentos que registrem violações de direitos humanos. Por outro lado, o professor apontou que, na prática da lei, há problemas, principalmente na recusa dos Comandos Militares em disponibilizar ao Arquivo Nacional todos os seus documentos. O autor declarou que a história do regime militar não se restringe somente às repressões, mas também inclui as investigações sobre “obras faraônicas” construídas durante o período, entre outras questões. Para o acadêmico, a Lei de Acesso à Informação “ficou no papel”, mas defendeu que cabe ao Executivo “dar o exemplo” e liberar papéis que já deveriam estar disponíveis. (Folha de S. Paulo – Poder – 05/03/13)

10- Governo francês tenta vender fragata Aquitaine ao Brasil

De acordo com o *Correio Braziliense*, no dia 04/03/13, a fragata francesa Aquitaine zarpu do país de origem para realizar uma operação conjunta com a Marinha Brasileira. O jornal ressaltou que o governo francês teria interesse em vendê-la ao Brasil. A fragata possui 8 mísseis antinavios Exocet, 16 mísseis antiaéreos Aster, 16 mísseis de cruzeiro naval, 2 canhões, 4 metralhadoras, 19 torpedos e helicópteros de combate. (Correio Braziliense – Brasília-DF – 03/03/13)

11- Marinha auxilia ocupação de complexo de favelas no Rio

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, forças de segurança pública do Rio de Janeiro ocuparam, na madrugada do dia 03/03/13, treze favelas do Complexo de Caju, na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro e a comunidade Barreira do Vasco, no bairro de São Cristóvão, zona norte da cidade. A ocupação contou com a participação de 1.300 homens da Polícia Militar (PM), 200 da Polícia Civil e 200 Fuzileiros Navais. Além disso, a operação, caracterizada pelo governador do estado do Rio de Janeiro Sérgio Cabral como o “renascimento da região”, teve o apoio de 17 blindados da Marinha do Brasil, entre outros veículos. De acordo com *O Estado*, os blindados da Marinha ultrapassaram as barricadas de concreto posicionadas pelos traficantes sem dificuldades. Durante a ocupação, não houve confrontos entre as forças de segurança e os traficantes, mas dezesseis pessoas foram presas e também apreendidas armas, munições, drogas e anotações da contabilidade do tráfico. A operação no complexo de favelas – com 20 mil habitantes – foi considerado o último passo antes da ocupação do vizinho, o Complexo da Maré – com 15 comunidades e 75 mil habitantes. (*Correio Braziliense* – 04/03/12; *O Estado de S. Paulo* – Cidades/Metrópole – 04/03/13)

12- FAB conduz a cerimônia da troca da bandeira em Brasília

Conforme publicado no jornal *Correio Braziliense*, a Força Aérea Brasileira (FAB) realizou, através do VI Comando Aéreo Regional (VI Comar), a cerimônia da troca da bandeira na Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 03/03/13. Com a presença do comandante da Aeronáutica, tenente brigadeiro do ar Juniti Saito, e de representantes das Forças Armadas, a cerimônia contou com a salva de 21 tiros de canhões, apresentação da banda do grupamento e de grupo cultural. No entanto não houve apresentação dos caças nos céus da capital, devido aos danos que estes causaram nos vidros dos edifícios do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Senado Federal na cerimônia de julho de 2012 em razão dos voos rasantes. (*Correio Braziliense* – 04/03/13)

13- Militares são acusados de vender armas e munições a quadrilhas

Conforme noticiado pelo periódico *Folha de S. Paulo*, um sargento e um soldado, ambos do Exército, foram presos no dia 06/03/13 na cidade de Campinas, no interior do estado de São Paulo, pela Polícia Civil. A prisão ocorreu sob a acusação de desvio de armas e munições para quadrilhas especializadas em roubo de bancos e caixas eletrônicos. O sargento trabalhava para o Exército há vinte e um anos e serviu à Força de Paz das Nações Unidas no Haiti e na República Dominicana. Segundo o delegado do Departamento Estadual de Investigações Criminais, Antonio de Olim, a dupla cobrava R\$4.500 por pistola e de R\$10 a R\$20 por balas de fuzil. (*Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 07/03/13)

14- OAB cria Comissão da Verdade no Rio de Janeiro e sofre atentado

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 07/03/13 um artefato explodiu na sede estadual da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB-RJ), mas ninguém ficou ferido. Uma denúncia anônima informada pelo Corpo de Bombeiros ao presidente da OAB-RJ, Felipe Santa Cruz, dizia que o ataque

consistia na explosão três artefatos, sendo dois explosivos e um de efeito moral, que tinha por objetivo intimidar o advogado, ex-presidente da instituição e atual presidente da Comissão da Verdade do Rio, Wadih Damous. A Comissão tem por função investigar, no âmbito estadual, ações cometidas pelos órgãos de repressão durante o regime militar (1964-1985). Damous considerou o atentado uma provocação e informou que o primeiro caso a ser investigado será o da morte da secretária Lydia Monteiro, na sede da OAB-RJ, em 1980, por uma carta bomba que havia sido enviada ao então presidente do Conselho Federal da OAB, Eduardo Saeber Fagundes. A autoria desse atentado nunca foi esclarecida, contudo foi atribuída aos grupos militares de extrema direita que combatiam o processo de redemocratização do país, defendido pela OAB. Em 2010, o atentado completou 30 anos e Damous defendeu a reabertura do inquérito policial que apurou o caso na época. Ele disse acreditar na possibilidade de que o atual atentado seja uma medida extremada dos autores do atentado de 1980. Já para Felipe Santa Cruz, “a OAB lamenta profundamente que sombras do passado, contra a qual a Ordem sempre lutou, reapareçam em tempos de democracia”. O presidente da OAB-RJ foi uma das vítimas do regime militar, ao ter seu pai, Fernando Santa Cruz – funcionário público do Estado de São Paulo e militante da Ação Popular Marxista-Leninista (APML) –, preso por agentes do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI – Codi) de São Paulo e, desde então, passou a integrar a lista de desaparecidos políticos. Santa Cruz afirmou que pretende investigar o que aconteceu durante o período militar sem transformar a entidade em uma trincheira revanchista, ele também deve cobrar a apuração da participação do que chama de “lideranças civis e econômicas” no regime. Diferentemente da OAB nacional, Santa Cruz não defendeu a revisão da Lei de Anistia e declarou que os crimes da ditadura prescreveram e que o importante é “a compreensão histórica do que aconteceu naquele período para preservar a democracia e a memória viva da ditadura”. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/03/13)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Ana Paula da Silva (Supervisora, doutoranda em História); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais);

João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).